



9

Reunião ordinária – Ata n.º 32/2016

Data 2016-11-28

Início 14.33 horas

Local Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo: 16.45 horas

Presenças:

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro
	Pedro Alexandre Ramos Marques
	Sara Catarina Marques Costa
	António Manuel Baptista Gonçalves Jorge
	Bruno Vítor Domingos Graça
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

Em face da renúncia ao mandato apresentada a vinte e um de novembro de dois mil e dezasseis pelo Sr. Vereador Rui Miguel dos Santos Serrano, e da renúncia ao exercício do mandato apresentada respetivamente pelos cidadãos Anabela Rosa de Almeida Estanqueiro, Virgílio Saraiva de Matos e Rui da Costa Marques Sant’Ovaia, imediatamente a seguir na ordem da lista pertencente ao Partido Socialista, convocados para o efeito, nos termos legais, compareceu a cidadã a seguir posicionada na referida lista.-----

Verificada a identidade e legitimidade de Sara Catarina Marques Costa, foi a mesma investida nas respetivas funções.-----

Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos:-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 7 DE NOVEMBRO DE 2016-----

BALANCETE-----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE:-----

N.º 01 – PROTOCOLO DE PARCERIA COM A ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO



CENTRO DE PORTUGAL E OS MUNICÍPIOS DE VILA NOVA DA BARQUINHA E FERREIRA DO ZÉZERE (7525/ENTE/DAJA/2016 - 33/ENTEXT/PR/2013)-----

INFORMAÇÕES DA SENHORA PRESIDENTE:-----

N.º 02 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 22 DE OUTUBRO DE 2013 E 1 DE FEVEREIRO DE 2016 (45/PPRC/PR/2016)-----

GABINETE DA ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL:-----

N.º 03 – MERCADO MUNICIPAL DE TOMAR – abertura em dias feriados do ano de 2017 (70/PGEN/GELS/2016 - 3/DIVER/GELS/2015)-----

N.º 04 – FEIRA DE SANTA IRIA 2016 – RELATÓRIO E CONTAS (72/PGEN/GELS/2016)---

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 05 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade – Proc.º 546/2010 (44/SAIE/DGT/2016 - 519/EDIF/DGT/2016)-----

N.º 06 – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA DE INSTALAÇÃO DE POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS NO LOTE 2 DO NÚCLEO 1 DO PLANO DE PORMENOR DAS AVESSADAS (8/INFP/DGT/2016 - 419/EDIF/DGT/2016)-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----

N.º 07 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DOS SUBSISTEMAS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA (ZA.01.04) E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS (TO.04.01) DA PEDREIRA – liberação de garantia (6992/ENTE/DAJA/2016 - 2/CONTAV/DAJ/2014)-----

UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----

N.º 08 – CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL (117/PGEN/UISE/2016 - 10/PROJPAR/DEAS/2013)-----

N.º 09 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS NO ANO LETIVO 2016/2017 – SUBSÍDIO DE TRANSPORTE A ALUNA DO PIEF (7001/ENTE/DAJA/2016 - 3/DIVER/DEAS/2013)-----

N.º 10 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A H. SARAH TRADING, LIMITADA (23/ESPP/UISE/2016 - 2/DIVER/UISE/2015)-----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:-----

N.º 11 - UTILIZAÇÃO DOS CAMPOS DE TÊNIS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL – Ténis Clube de Tomar (5865/ENTE/DAJA/2016 - 11/CEDESP/UDJ/2014)-----

EXPEDIENTE:-----

N.º 12 - SUBSTITUIÇÃO DE ELEMENTO NOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA A. LOGOS (7635/ENTE/DAJA/2016)-----



Sendo catorze e trinta e três minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião e deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----

A Sra. Presidente começou por dar conhecimento que decorre intervenção no passeio junto ao restaurante Bela Vista para substituição da calçada, que está muito polida, por forma a prevenir a ocorrência de quedas. Deu conta que, como é sabido, ao longo dos últimos meses, se tem assistido a um conjunto de descargas poluentes no rio Nabão, e que, sempre que tal ocorre, têm sido alertadas as entidades competentes (APA e GNR), para além de que, como anteriormente informou, foi contratada a A.Logos para realizar análises à água, cujos resultados ainda não foram comunicados. Referiu que grande parte destas descargas resultam do mau funcionamento da ETAR de Seça, a qual, quando foi construída, já não tinha capacidade de tratamento de todos os efluentes que iria receber, mas tudo indicia que existam outros pontos de descargas poluentes, a montante da cidade, decorrendo investigação e avaliação por parte das entidades competentes. Recordou que se realizou uma reunião com a EPAL onde foi comunicado que está em execução um projeto para alargamento daquela ETAR e introdução de novas tecnologias, para permitir um melhor tratamento dos efluentes, e sublinhou que, apesar da competência da Câmara estar limitada ao perímetro urbano, não podem ficar descansados, pelo que pretende colocar na ordem do dia da próxima reunião uma proposta de tomada de posição do Executivo para pressionar a APA e o Ministério do Ambiente, e também a EPAL para que o projeto saia do papel e passe à prática, porque entende que uma deliberação terá outro peso. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão informou que, finalmente, pela primeira vez, a Câmara Municipal de Tomar foi galardoada com a atribuição da bandeira verde das Autarquias Familiarmente Responsáveis, em resultado do esforço que tem sido feito, das medidas que têm sido tomadas e, também, do trabalho desenvolvido para que fossem elencados os apoios prestados às famílias através dos diferentes serviços do Município. Adiantou que a cerimónia de entrega decorrerá na próxima semana, na ANMP, e realçou que esta distinção constitui motivo de orgulho e demonstra, numa avaliação externa, o muito que o Município tem feito neste domínio. -----

O Sr. Vereador João Tenreiro adiantou que, face ao que aqui tem sido aflorado e discutido, os Vereadores do PSD trazem hoje duas propostas e uma recomendação. Sublinhou que, após a conclusão das obras no mercado encontra-se uma parte significativa por intervencionar, assim como existe uma tenda no exterior que, como foi dito na altura pelo Vereador Bruno graça, podia servir para promoção de eventos e espetáculos ou promoção de produtos do setor



J
1

primário do Concelho de Tomar; o mercado foi reinaugurado, mas ainda há muito a fazer para que possa voltar a ter a dinâmica que tinha em tempos antigos, pese embora saibam que, hoje em dia, o mercado tem concorrência forte e agressiva das grandes superfícies, que, por vezes, dão condições de estacionamento e transporte dos próprios produtos levando as pessoas a optar por esses espaços, fenómeno que não acontece só em Tomar; ao mesmo tempo, como têm dito em diversos debates e participações públicas, cada vez mais o mercado terá que ser visto como uma forma de promoção dos produtos produzidos na região e apostar na qualidade e na pessoalidade, na confiança que possa haver entre produtor/vendedor/cliente. -----

Apresentou a seguinte Recomendação: -----

“1.Como todos sabemos, a origem dos mercados municipais ficou a dever-se à urgente necessidade de substituir a venda de animais, legumes e fruta que outrora se concebia no meio das ruas, sem qualquer tipo de regulamento, condições de higiene e sanidade. -----

2.Por isso, começaram a ser construídos nos centros das cidades, edifícios de raiz, cujo objetivo era abastecer as populações, através de uma ampla oferta e diversidade de produtos alimentares.-----

3.Estes espaços, que se começaram a localizar de uma forma estratégica, revelam ser uma mais-valia para promover os centros das cidades, já que são uma referência socioeconómica e urbana muito forte, que precisa de ser conservada e dinamizada. -----

4.Consta-se, porém, que apesar das obras realizadas no Mercado Municipal de Tomar, que não se tem denotado um acréscimo na afluência de clientes, talvez devido à carência de serviços de apoio bem como ao próprio modelo de gestão que tem vindo a ser adotado. -----

5.Segundo estudos efetuados noutras localidades, esta perda de atratividade no sector do comércio deve-se, entre outros fatores, a complexidades intrínsecas à expansão das cidades. Se por um lado se assiste à desertificação das zonas centrais da cidade e à degradação do edificado, aliando o clima de insegurança, por outro lado verifica-se o aparecimento de novos polos de atração, como os hipermercados e os centros comerciais. -----

6.Esta problemática tem tido diversas abordagens, sendo conhecido o modelo aplicado nalgumas cidades espanholas, onde se aplicou uma nova estratégia que assenta na fidelização dos cidadãos, através da criação de infraestruturas no centro da cidade, nomeadamente a nível de estacionamento, ruas pedonais e respetiva dinamização do comércio local.-----

7.Em Portugal temos o exemplo de alguns mercados que começaram a ficar alicerçados num novo modelo de gestão, denominado de “restaurantização”. Este modelo foi implementado no nalguns mercados, através da transformação de parte do seu espaço em restaurantes e espaços de diversão. -----



8.Existem ainda outros modelos de gestão que, no nosso entender, é muito mais vantajoso e acima de tudo próximo do mercado “tipicamente tradicional”. Este modelo apostou na incorporação de novos quiosques e tasquinhas com as bancas que desde sempre lá existiram, não pondo de parte os que já lá tinham raízes;-----

9.Para a modernização e valorização dos mercados tem de se intervir nas várias vertentes, que não poderão apenas resumir-se a simples projetos de intervenção física no edificado e abertura de espaços âncora para trazer pessoas aos mercados. É determinante agir de forma concertada na organização, gestão, e sobretudo no maior veículo de comunicação que é o marketing. -----

10.Entendemos que deverá ser trabalhado um novo modelo de gestão que se aproxime do modelo de gestão implementado nas grandes superfícies. Apesar dos mercados terem algumas vantagens competitivas, nomeadamente ao nível da qualidade dos produtos frescos e da relação de proximidade vendedor- consumidor, é necessário aproximar o mesmo tipo de serviços e atrações. -----

11.Iniciativas como ajustamentos de horário de funcionamento, serviço de carrinhos para efetuar as compras no mercado, entregas ao domicílio, realização de eventos de dinamização dos espaços e campanhas de promoção, deverão ser implementadas como formas de fidelização do cliente.-----

Assim sendo, vêm os vereadores do PSD apresentar a seguinte Recomendação: -----

a)Que se elabore um plano para modernização e valorização do mercado municipal de Tomar, tendo em conta os considerandos anteriores, aproveitando-se assim o espaço que não foi ainda sujeito a obras de requalificação, assim como a tenda existente; -----

b)Que se promova e facilite o empreendedorismo jovem nos Mercados Municipais.”.-----

Continuando, **o Sr. Vereador João Tenreiro** apresentou uma proposta para que seja iniciado o procedimento necessário para a elaboração de um Regulamento de Publicidade do Município de Tomar, que contemple a definição de critérios para o exercício da atividade publicitária no concelho de Tomar, tendo em conta os respetivos instrumentos de divulgação, a proteção do ambiente e as implicações morais, culturais e sociais inerentes ao fenómeno da publicidade. Saliu que, atualmente, o fenómeno publicitário é dos mais característicos das sociedades de consumo, através do qual os cidadãos, mais ou menos conscientemente, são levados a optar pela aquisição de diversos bens e serviços, e, em Tomar, acontece de forma selvagem e desorganizada. De seguida, apresentou uma proposta para inclusão da designação do Provedor do Município na ordem do dia da próxima reunião, por proposta da Sra. Presidente, nos termos do artigo quarto do Estatuto do Provedor do Município do Concelho de Tomar. Sublinhou que a



[Handwritten signature]

importância que foi atribuída ao Provedor do Município e a aceitação de que deveria ser nomeado por maioria de dois terços implicaria que tivesse havido um entendimento entre as duas maiores forças partidárias representadas na Assembleia Municipal, PSD e PS, mas também, obviamente, entre os IpT, a CDU e o BE, porque se fosse unânime tanto melhor, para nomeação de uma personalidade independente, se calhar extraparlítica, que pudesse estar ao lado dos cidadãos na apresentação das reclamações que são apresentadas; se calhar, evitava-se algumas situações tristes e caricatas que, infelizmente, foram acontecendo nas reuniões públicas da Câmara Municipal, onde alguns munícipes tiveram atitudes que, provavelmente, seriam completamente diferentes se existisse um Provedor do Município, um cidadão independente que possa ouvir os munícipes, aceitar as suas reclamações e dar voz a esses cidadãos junto da Sra. Presidente e do Executivo Municipal.-----

A Sra. Presidente deu conta que, na semana passada, sem prévio licenciamento ou autorização, sequer contato prévio com os serviços municipais ou com os eleitos, uma empresa procedeu à abertura de buracos e colocação de prumos em rotundas, cruzamentos e triângulos ajardinados da cidade, alegadamente com a autorização de uma pessoa que se escusa de identificar publicamente, que deixou de trabalhar na Câmara há três anos. Informou que, hoje, promoveu um despacho ao DOM para proceder à retirada dos prumos, fecho dos buracos e devida contabilização de custos, a imputar à empresa responsável. No que se refere à recomendação apresentada, disse que é importante dinamizar o mercado porque o facto de ter estado fechado durante tanto tempo levou a que se perdesse o hábito de ali ir; não se poderá ter um mercado como havia há vinte anos, pois as coisas alteraram-se muito, mas é necessário, sem dúvida, um mercado mais adequado aos tempos modernos, com restauração, como refere o vereador João Tenreiro, ou outro tipo de chamariz. -----

O Sr. Vereador Bruno Graça realçou que é com agrado que vê chegar uma recomendação com um fio condutor em termos de estratégia futura para o mercado municipal, que não anda longe das preocupações que têm tido. Referiu que a questão central que se coloca é entre as preocupações e a capacidade de implementar; pouco a pouco, têm tentado implementar algumas atividades diversificadas e diferenciadas - tarde de fados, apresentação da cultura cigana, mercado de artesanato local - a título experimental, auscultando a reação e receptividade das pessoas; e vão continuar a fazê-lo, decorrendo, por exemplo, contactos com a Escola Profissional para, através do curso de hotelaria, se promoverem algumas atividades ligadas à alimentação saudável. Adiantou que a questão dos carrinhos e da entrega de mercadorias em casa está mais ou menos conversada com as pessoas, mas exigem algumas estruturas que ainda não existem; a questão do estacionamento é central e estão a considerar



9

1

acabar com a feira semanal no parque de estacionamento em frente ao cemitério/Bombeiros, para haver um acesso mais facilitado e oferecer melhores condições para que o público possa estar presente; estão em fase de implementação algumas medidas de circulação e de estacionamento, nomeadamente para criação, à sexta-feira, de um espaço reservado à recolha de passageiros e respetivas compras, bem como a criação de uma zona própria para os restaurantes poderem estacionar e mais facilmente aceder ao espaço do mercado; o marketing, por exemplo, também é muito importante e têm vindo a fazê-lo com algumas promoções, mas reconhecem que ainda não é o suficiente para dar outra dinâmica e um chamariz diferente a toda aquela atividade. Afirmou que irão refletir sobre a recomendação e que estão disponíveis para ouvir todas as propostas para que as coisas possam melhorar. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques começou por desejar as maiores felicidades à Sra. Vereadora que hoje assume funções. Disse que, na próxima reunião, irá trazer algo sobre o mercado municipal, nem que seja uma declaração para a ata porque não podem ignorar que o problema todo foi, logo no início, com a coligação PSD/PS a governar a Câmara, não se ter discutido tudo isto; ignoraram-se deliberações tomadas por unanimidade para definição de um programa funcional para o mercado e avançou-se com a obra sem se saber o que é que se ia fazer do mercado; essa é a grande questão e, agora, era ótimo que tudo isto acontecesse, mas estão limitados ao espaço, as coisas são o que são, tiveram o seu tempo, gastou-se dinheiro na obra e, agora, carpem-se mágoas porque não se fizeram as coisas bem feitas logo no início. Disse que não tem dúvidas que a questão do mercado vai ser discutida até às eleições e, como é costume, vai ser apanágio desse período, sendo certo que tudo isto tem a vantagem de o Vereador Bruno Graça aqui falar de algumas coisas que estão a decorrer; se calhar, se não fosse isso não diria e é importante que vão estando a par das coisas, que não aconteça, como chegou a ser falado, pelo menos o Vereador João Tenreiro não deixou de falar na hipótese de ser o PS e o PSD a definir a questão do Provedor do Município, a exemplo do que aconteceu, logo no início do mandato, em relação ao estacionamento. Reiterou que o Provedor do Município devia ser designado no início do mandato, não percebe a urgência agora, mas, se o assunto for agendado, os IpT cá estarão para analisar, sendo certo que concorda claramente que seja uma personalidade de Tomar totalmente independente e isenta em relação do poder político. Salientou que, quase todos os mandatos, falam na questão da publicidade, porque é uma vergonha; é ótimo que se tomem medidas, se faça um regulamento e se prevejam sanções, algumas pesadas, nesta área. No que se refere à atribuição à Câmara Municipal do galardão das Autarquias Familiarmente Responsáveis referiu que é ótimo que tenha acontecido, mas pensou que era para o Município todo porque é um trabalho que não é só feito



9



pela Câmara; às vezes os outros são esquecidos e há muitos que, há muitos anos, ultrapassam, e muito, a Câmara nesta área. Disse que Ourém tem o melhor de dois mundos: o Hospital de Leiria, próximo e referenciado, e os esgotos para Tomar, não tem problemas nenhuns, e, quanto à ETAR de Seiça não podem permitir o que está a acontecer; independentemente do que a Sra. Presidente tem feito, institucionalmente estão a ser muito passivos e, por isso, justifica-se uma deliberação forte nesta matéria; sendo certo que até chegar à área urbana o rio é responsabilidade de outros, quando aqui chega o problema é responsabilidade da Câmara e é Tomar que sofre, a sua fauna e a sua flora, e têm que dizer a Ourém que tem que resolver o problema, não é Tomar que o tem que fazer. Perguntou porque é que não se fala no assunto publicamente quando vão tantos ministros a Ourém; se está em causa a EPAL, uma empresa pública, também é com o Governo e o Sr. Ministro do Ambiente tem que tomar medidas pois esta vergonha não pode continuar. Recordou as questões que colocou há mais de mês e meio sobre os SMAS, e a questão da ERSAR, reiterando o pedido de resposta. Reportou que há aparelhos no espaço lúdico junto ao estádio municipal que estão degradados, há muito tempo, e convinha reparar, porque as pessoas reclamam e falam-lhes nisso pensando que têm alguma responsabilidade na matéria. Questionou se o(a) médico(a) de Paialvo se foi embora e se a Câmara teve despesas com a sua permanência. Solicitou informação sobre a iluminação de Natal que está a ser colocada, e respetivos custos, se é através da ACITOFEBBA ou não. Recordou que, em novembro de dois mil e catorze, chegaram a vir à reunião municipais apresentar reclamação sobre a questão da iluminação pública de forma alternada e ignora se a situação foi resolvida, se as coisas estão bem encaminhadas com a EDP ou que é que se passa. Recordou também que, no mesmo ano, foi falado numa cobertura junto à estação ferroviária, mas nunca mais houve novidades, pelo que gostaria de conhecer o ponto da situação. Reiterou o requerimento que apresentou para conhecer as dívidas das diversas entidades à Câmara Municipal, ao qual ainda não foi dada resposta, sendo certo que vão chegando notícias que há entidades com dívidas de arrendamento e concessões. Por último, perguntou qual é o ponto da situação do protocolo com o Instituto Politécnico de Tomar com vista a uma eventual instalação de empresa, que, na altura, se previa poder acontecer no respetivo campo de jogos. -----

A Sra. Presidente perguntou se a relação de dívidas para com a Câmara Municipal deve incluir as rendas de habitação social, tendo **o Sr. Vereador Pedro Marques** esclarecido que não, por se tratar de um problema social, envolvendo situações por vezes muito difíceis; deve limitar-se às dívidas de entidades, instituições, empresas e concessionários. -----



[Handwritten signature]

Continuando, a **Sra. Presidente** sublinhou que o Provedor do Município tem que ser uma pessoa que recolha unanimidade; apesar de o regulamento definir maioria qualificada, não passa pela cabeça de ninguém que não se procure uma votação unânime e que o assunto não seja objeto do maior consenso; estão disponíveis para sentar todos a uma mesa e falar em nomes, como já fizeram no passado; verão se chegam a acordo ou não; nesta altura, estar a lançar um nome na praça pública, que passe por cima de qualquer força política e de qualquer organização, sob pena de ser sempre conotado com a proximidade de eleições, é estar a denegrir uma iniciativa que é boa e louvável, a que os cidadãos facilmente poderão aderir. Informou que o orçamento para o próximo ano contempla a substituição de todos os aparelhos de ginástica colocados junto ao estádio municipal e que os que puderem ser arrançados, e passem nas vistorias, serão reposicionados noutros locais, também na parte de cima da cidade, nomeadamente junto à Biblioteca. Deu conhecimento que a iluminação de Natal foi adjudicada pela Câmara, pelo valor aproximado de nove mil euros, acrescido do IVA à taxa legal, não tendo sido dado qualquer subsídio para o efeito à ACITOFEB, informação que irá prestar também por escrito, acompanhada do mapa das ruas abrangidas. Deu conhecimento que, em conjunto com os presidentes das Juntas de Freguesia, foi promovida uma reformulação do levantamento da situação do concelho em termos de iluminação pública, iniciado no mandato anterior, o qual foi remetido à EDP, que já está a atuar pelo menos em duas freguesias (não percebe o método de atuação pois não executa o trabalho por freguesia, começa numa sem ter acabado noutra e o trabalho acaba por não estar completo em nenhuma). Disse que não faz sentido fazer a cobertura para os táxis junto à estação desenhada do projeto que está a ser feito para a Várzea Grande, pelo que a mesma está ali contemplada. Informou que o protocolo com o Instituto Politécnico que foi referido continua de pé mas continuam à procura de financiamento; irão agora bater à porta da Unidade de Missão que foi criada para a valorização do interior porque apesar do nosso concelho só ter quatro freguesias que são consideradas de baixa densidade (o que não é o caso da freguesia urbana) é um equipamento que vai valorizar o concelho de Tomar e concelhos limítrofes considerados de interior, nomeadamente Ferreira do Zêzere e Abrantes. Informou que há uma entidade bancária que está disponível para o efeito, tendo já ocorrido duas reuniões com o IPT, mas a solução implica alteração ao PDM, cuja proposta está praticamente fechada, para além de que representa para o Município um grande custo em infraestruturas públicas, que não estão sequer contempladas no Orçamento para o próximo ano; irá ainda ocorrer outra reunião, antes de ser instruído o dossier a apresentar à Câmara Municipal para se iniciarem as negociações. -----



9

A

O Sr. Vereador Pedro Marques referiu que irá aguardar a chegada dessas informações e que está disponível para falar sobre o assunto quando a Sra. Presidente o entender. Sublinhou que os bancos não dão nada a ninguém e que sabe, por alto, o que se passa, sendo certo que, se fazem maus negócios têm que os assumir; não cabe aos outros conseguirem rentabilizá-los. Perguntou à Sra. Presidente, ou ao Sr. Vereador Bruno Graça, para resposta imediata, se há ou não medicina interna em Tomar.-----

A Sra. Presidente disse que, pelas informações que têm, quer da parte dos profissionais que trabalham na Unidade de Tomar, quer do Conselho de Administração, há medicina interna em Tomar, com vinte e duas camas em funcionamento e capacidade de crescimento até vinte seis.

O Sr. Vereador Pedro Marques reformulou a pergunta questionando se em Tomar há internamento em medicina interna ou medicina interna.-----

A Sra. Presidente respondeu que há internamento em medicina interna.-----

O Sr. Vereador Pedro Marques disse que tem simpatizado com o Sr. Ministro da Saúde, pela sua forma de estar e de atuar, mas não pode deixar de realçar que vir cá dizer que temos uma enfermaria com vinte e tal camas não é a mesma coisa que dizer que temos medicina interna, como a comunicação social divulgou. Afirmou, com conhecimento de causa, que é falso que Tomar tenha a valência de medicina interna porque quem tiver que recorrer a este serviço tem na mesma o corredor de trinta quilómetros para Abrantes para lá ficar e para lá ser tratado, e apenas em matéria de internamento se coloca a opção Abrantes ou Tomar; é esta a realidade e não outra, como pode comprovar recentemente quando acompanhou uma pessoa à Unidade de Tomar. Afirmou que têm que ser claros e rigorosos nestas questões e que ou não lhes disseram tudo, ou também não perguntaram sobre aquilo que não estava dito, mas é bom que seja esclarecido pois, se é para ter medicina interna como havia o doente não pode chegar ali a precisar de tratamento em medicina interna e ter que ir para Abrantes. Reafirmou que não temos a valência de medicina interna, alguém foi enganado e alguém os andou a enganar a todos; quer que isto fique claro para que as pessoas não caiam no erro de pensar que têm medicina interna em Tomar e, chegados ao hospital, constatem que, depois da avaliação que lá se faça, têm que ir para Abrantes para ser tratados; a população tem que saber disto; pessoalmente, não faria o papel que fez o Sr. Ministro da Saúde, vir a Tomar trazer uma enfermaria com vinte e tal camas e dizer que há medicina interna quando o que pode haver é internamento de medicina interna, se Abrantes mandar, porque não há internistas em Tomar. Referiu que o seu objetivo é que isto seja esclarecido, que a Sra. Presidente clarifique a situação junto do Conselho de Administração e diga aqui, e à população, o que se passa, e



[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

100

também que quem diz que temos medicina interna o assuma e passemos a ter de facto aquela valência.-----

O Sr. Vereador João Tenreiro recordou que, na altura devida, os Vereadores do PSD alertaram para esta situação que acaba de ser referida pelo Vereador Pedro Marques, dizendo claramente que isto foi um chico espertice do Sr. Ministro e do Ministério da Saúde, para enganar a população; têm que ser realistas e assumir que não têm a valência de medicina interna em Tomar, como sempre disseram, pese embora, depois, o Sr. Deputado Hugo Costa, eleito pelo PS, tenha vindo dizer que o PSD estava contra o regresso da medicina interna; nunca ninguém disse isso; os sete eleitos que compõem este órgão juraram que iriam defender da melhor forma quem os elegeram, representam quem neles votou e a verdade é que não têm medicina interna em Tomar; não vale a pena escamotear, fazer o espetáculo que foi feito porque já sabiam que era esta a realidade, dado que se inteiraram da situação junto dos profissionais da área e todos lhes disseram que não sabiam como ia funcionar porque não havia urgência médico-cirúrgica e basicamente ia acontecer um corredor para Abrantes e depois de Abrantes para Tomar, para internar, e é, claramente, isso que está a acontecer, tal como tinham alertado. Referiu que a Sra. Presidente, ou o Sr. Vereador Bruno Graça, lhes podem dizer que houve profissionais da saúde que voltaram a trabalhar em Tomar, pessoas de Tomar que voltaram a trabalhar em Tomar, e nessa perspetiva reconhecem que é bom e é de louvar, reconhecem que é um primeiro passo, mas não podem dizer, como foi avançado para a comunicação social, através de comunicado, que temos medicina interna em Tomar. Recordou que, na altura, apresentaram uma proposta que referia claramente esta situação, que resolveram retirar até para não levantar algum alarme social. Referiu que, agora que é o PS quem governa, a Sra. Presidente, que, no passado, se lamentava do PSD/CDS, que estavam no poder no Governo Central, poderá ter mais benefícios (segundo algumas pessoas dizem, a ponte parece estar mais curta) e deve fazer ver a essas pessoas aquilo que o PSD aqui alertou e o caso concreto que aqui foi reportado pelo Vereador Pedro Marques; não podem baixar os braços e ficar contentes por terem medicina interna porque não têm, o que têm é internamento em medicina interna (a pessoa é recebida no Hospital de Tomar em termos de urgências básicas e é encaminhada para Abrantes, onde estão as urgências médico-cirúrgicas; depois, o internamento é feito em Tomar ou Torres Novas, consoante a residência). Afirmou que é isto que se passa e que a Sra. Presidente mostra um sinal de coragem se trazer este assunto ao Executivo para que tome uma posição concreta sobre a questão. -----

O Sr. Vereador Bruno Graça disse que a sua posição sobre esta questão do Hospital e da medicina interna continua a ser a que sempre foi, até pelo conhecimento que tem do que se



passa a nível nacional, em termos de SNS e de hospitais, e concretamente no Centro Hospitalar do Médio Tejo e na Unidade de Tomar. Referiu que, no dia sete de dezembro, vai realizar-se uma reunião do Conselho Consultivo do CHMT onde vai colocar e pedir resposta às questões que foram apresentadas, e trará as respostas que lhe forem dadas. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques disse que percebem a realidade e têm consciência que, às vezes, estas coisas demoram o seu tempo, mas as coisas devem ser tratadas com o máximo de transparência; ninguém desvaloriza que pode ser o primeiro passo, mas, então, deve ser dito que é o primeiro passo e que a valência de medicina interna virá na data x, com as urgências médico-cirúrgicas, ou seja o que for; é grave dizerem que temos medicina interna, e as pessoas pensarem, e não termos; valorizam tudo o que seja a favor dos utentes do Hospital e a favor dos munícipes de Tomar, tudo o que melhore a prestação dos cuidados; não tem dúvidas que é melhor estarem internados em Tomar do que estarem em Abrantes, mas tudo isso deve ser claro para todos. Observou que, pelas reticências que o Vereador Bruno Graça está a por desconhecia a situação, ou pelo menos não tinha certezas sobre isto, mas devem colocá-la oficialmente e tomar a posição que tiver que ser tomada, como vão tomar em relação à ETAR de Seiça; se calhar, foi um erro retirar a proposta dos Vereadores do PSD, mas o consenso é importante nesta questão da saúde. Salientou que não podia deixar de aqui colocar a situação, que é do seu conhecimento direto, porque se sentiu completamente defraudado; devem obter esclarecimentos para a situação, unir esforços e todos fazerem pressão para que as coisas sejam repostas rapidamente, o TAC venha mais cedo para poderem ter as urgências médico-cirúrgicas e a medicina interna, ainda mais quem, como disse o Vereador João Tenreiro, está mais ligado ao poder e ao Sr. Ministro da Saúde. Referiu que oitenta por cento dos problemas estarão resolvidos com estas duas valências e só um número praticamente residual de utentes terá que ir para os hospitais; para bem da população de Tomar, era fundamental que isto fosse resolvido e que houvesse uma resposta mais eficiente e mais eficaz. -----

A Sra. Presidente realçou que, nesta questão, sempre houve consenso, sempre exigiram medicina interna e urgências médico-cirúrgicas; conseguiram a medicina interna e a situação que têm hoje é melhor do que aquela que tinham há uns anos, o que não pode ser desvalorizado; não é a situação ideal porque não têm urgência médico-cirúrgica, que só existe em Abrantes, assim como os meios de observação dos doentes instáveis. Referiu que, de acordo com a informação que lhe está a ser prestada por um membro do Conselho de Administração, se chega à Unidade de Tomar um quadro clínico que a urgência básica não permita avaliar sem meios auxiliares de diagnóstico tem que ir para Abrantes, de onde virá a



ordem de internamento; se for um quadro que não necessite de tantos exames, automaticamente é internado em Tomar porque há um internista de serviço vinte e quatro horas por dia). Reforçou que têm estado juntos nesta matéria, independentemente de quem é Governo, e que o que é importante é que haja uma prestação de cuidados hospitalares com qualidade a quem deles necessite, pelo que sugeriu a marcação de uma reunião do Executivo Municipal com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar para esclarecer o que tiver que ser esclarecido. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques disse que a situação ainda é mais grave se o Conselho de Administração não sabe o que se passa porque o internista está na Unidade vinte e quatro horas por dia, mas não vem às urgências seja em que situação for; isso é claro e qualquer profissional de saúde do Hospital de Tomar o sabe; Tomar só tem internamento em medicina interna e não tem a valência; as razões podem ser muitas e diversas, até justificáveis, mas a realidade é só esta. Disse que têm que ser claros e obrigar/forçar o Centro Hospitalar a esclarecer a situação para evitar que as pessoas façam o mesmo raciocínio que ele próprio fez; à partida, seria mais informado do que as outras pessoas, pois o assunto é aqui discutido e falado muitas vezes; pensava que tinham medicina interna e foi confrontado no local com uma realidade diferente. Concordou que se façam reuniões com o Conselho de Administração, ou outras, sempre que for necessário, referindo que alterará a sua vida em tudo o que não seja urgente e inadiável para estar presente, como sempre esteve.-----

O Sr. Vereador João Tenreiro referiu que, para além de outros requerimentos que aguardam resposta, os Vereadores do PSD apresentaram no dia vinte e quatro de outubro, um requerimento para obter esclarecimentos para os fundamentos de diversos ajustes diretos, mas ainda ignoram porque é que se recorreu à contratação da empresa **Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados, Sociedade de Advogados, RL**, por um valor de sete mil e seiscentos euros, tendo em conta que temos cinco juristas no quadro do pessoal da Câmara Municipal e dois advogados síndicos, um na Câmara e outro nos SMAS; também desconhecem porque é que se adjudicou à **Gesinserde-Gestão e Inovação nos Serviços Desportivos Lda**, pelo valor de duzentos e sete mil euros, tendo em conta que existem quinze lugares por preencher no quadro do pessoal do Município e, se calhar, com cinco assistentes operacionais conseguir-se-ia resolver a situação; também ainda não sabem o motivo de se ter adjudicado à **GIPP-Gestão Integrada de Projetos e Planeamento, Lda**, pelo valor de setenta e cinco mil e trinta euros, serviços para revisão do Plano de Pormenor do Flecheiro e Mercado, quando existem doze técnicos superiores licenciados em engenharia civil e seis técnicos superiores licenciados



g



em arquitetura, com capacidade para formar uma equipa capaz de produzir, em tempo útil, esta revisão. -----

A Sra. Presidente referiu que o requerimento não está esquecido e já tem a resposta em condições de ser despachada, mas não quer deixar de sublinhar que, se é verdade que a Câmara tem cinco juristas também é verdade que não são especializados em urbanismo e houve necessidade de encomendar fora um parecer sobre uma coisa tão simples como uma permuta de terrenos porque, internamente, não foi possível chegar a acordo; no que se refere à prestação de serviços pela Gesinserde a situação já vem do mandato anterior e destina-se a assegurar a limpeza de todos os equipamentos desportivos do concelho. Sublinhou que apesar do número de engenheiros não há capacidade para fazer a alteração e revisão de um plano de pormenor. Referiu que eventuais requerimentos cuja resposta possa estar atrasada vão ser todos recuperados e respondidos. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques referiu que pretende ainda registar o fato de o Dr. Luís Boavida estar agora na Divisão Financeira, como hoje constatou, quando subiu para a reunião; com todo o respeito, dirá que a saga continua e não lhe venham dizer que está no local dele, porque não andam cá a dormir e não são essas as razões (a Sra. Presidente já disse uma vez que havia aí toupeiras; pessoalmente, diria que as paredes têm ouvidos); a partir de agora, se calhar, o Boavida incomodaria muito mais. Referiu que não consulta muitos blogues, mas há quem o faça; descobrir quem é que aparece a escrever como anónimo é muito difícil, mas, às vezes, a forma que as pessoas têm de escrever denuncia-as, mas, aqui, claramente, as paredes têm ouvidos, a saga continua e as razões não podem ser outras, porque o que ele faz no local onde agora está faria onde estava antes. Perante a resposta que a Sra. Presidente deu ao Vereador João Tenreiro, referindo os serviços jurídicos, realçou que, em tempos mais difíceis, não se recorria a empresas de advogados como agora se recorre, os problemas eram cá resolvidos e nunca houve nenhum problema com os pareceres que foram dados; quando se destroem determinadas equipas e se marginalizam técnicos competentes, se calhar, depois, outros não têm a mesma capacidade de resposta; quando as pessoas têm vinte anos de experiência numa determinada área e estão habituadas a dar pareceres, são capazes de os dar, também sobre o urbanismo; é estranho se não os dão. -----

A Sra. Presidente disse que as paredes têm ouvidos e, se calhar, também escutas porque há coisas que são surreais. Adiantou que o trabalhador referido esteve sempre afeto à Divisão Financeira; agora, fizeram alteração de posto de trabalho simultaneamente a cerca de vinte trabalhadores e estranha que o Sr. Vereador só tenha questionado sobre este que trabalha na DF, está responsável pelo património e não há motivo para se manter nas instalações do DOM



g
A

quando precisam de reorganizar os serviços deste departamento, a dividir espaço com a Divisão de Gestão do Território, e vários outros postos de trabalho. Disse que, em vinte sete anos de serviço no IEFP teve onze diretores, de cores partidárias diferentes, e trabalhou com todos com igual profissionalismo, que é o que deve caracterizar qualquer profissional.-----

O Sr. Vereador João Tenreiro disse que não quer falar de qualquer trabalhador em concreto, mas, como já disseram, sendo os recursos humanos a área de competência da Sra. Presidente, se calhar, até sabe mais de psicologia laboral que ele; desde o início os vereadores do PSD lamentam que se tenham colocado alguns trabalhadores da Câmara num gabinete onde o único trabalho conhecido que lhes foi dado foi o plano de prevenção da corrupção; sinceramente, não compreende que se tenham colocado num gabinete pessoas com know how para dar alguns contributos a esta Câmara, para além de que, se calhar, a Sra. Presidente não gostaria de ter andado a deslocar-se constantemente de um lado para o outro no seu local de trabalho; até para estabilidade dos trabalhadores, que a Sra. Presidente referiu terem sido cerca de vinte, não é bom em termos de produtividade. Realçou que foram destituídas quatro pessoas com base em fundamentos de direito, mas não houve fundamentação de facto, e foram colocadas fechadas dentro de um edifício; houve, em sua opinião uma violação do dever de ocupação efetiva do posto de trabalho e, claramente, se fosse no setor privado e houvesse uma queixa à ACT a Câmara Municipal, enquanto entidade empregadora, seria severamente punida; depois disso, uma das pessoas é colocada no departamento de obras e, se é da área financeira, questiona -se o que é que esteve a fazer este tempo todo naquele departamento; se calhar, devia ter ficado logo no setor financeiro; é esse lamento que querem aqui deixar, ainda mais porque com a deslocação de cerca de vinte trabalhadores de um lado para o outro se perde eficiência no trabalho e se desmotivam as pessoas. -----

A Sra. Presidente sublinhou que o trabalhador estava no DOM, onde havia espaço com dignidade para o colocar, mas respondia perante a DF; neste momento, com a reorganização operada, há condições físicas para estar no setor financeiro, sendo certo que, hoje em dia, como estão organizados, não precisam de um posto de trabalho físico para trabalhar. Defendeu que o que o tem que mover eleitos e trabalhadores é trabalhar para o cidadão; os funcionários públicos, numa Câmara ou noutra instituição, têm que trabalhar para o cidadão e servir o cidadão. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques referiu que o Vereador João Tenreiro acabou de dizer quase tudo o que pretendia dizer sendo certo que o estranho foi ele ter saído da Divisão Financeira e os trabalhadores terem sido colocados onde foram, e da forma como foram. Realçou que nunca se preocupou com as questões políticas de qualquer trabalhador, não tem nada a ver



g



com isso, por uma questão de respeito; falou na situação do Boavida porque a constatou hoje ao subir as escadas, e achou estranho, porque ele não lhe falou em nada. Referiu que dada a sua relação com o Dr. Cúrdia não voltou a abordar a sua situação, mas a verdade é que a Sra. Presidente nunca respondeu a questões que foram colocadas e que, segundo julga saber, ainda se mantêm; não percebe porque é que a situação do Dr. Cúrdia não está legalizada, decorridos três anos; quem está a assumir a gestão pode entender que os cargos de chefia são exercidos por outras pessoas, mas tem que se ser claro quando se vai buscar alguém lá fora e se têm pessoas cá dentro; quer se queira quer não, a questão está mal explicada desde o início e é difícil encontrar explicação para ela. Sublinhou que todos sabem quais foram as razões objetivas para que isto acontecesse; para si, é muito complicado aperceber-se das coisas e ficar calado, não é capaz de deixar de as dizer aqui, o local próprio para o fazer; constatou um fato e estranhou-o; de resto, a responsabilidade é da Sra. Presidente e é ela quem terá que, depois, responder pelas situações que for criando e for decidindo. -----

A Sra. Presidente disse que é bom que seja aqui discutido, mas, como referiu, não foi caso único, havendo inclusive funcionários que pedem para mudar de setor e tal é aceite, desde que seja possível, no âmbito da gestão corrente da Câmara.-----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, a ata da reunião do Executivo Municipal realizada no dia sete de novembro de dois mil e dezasseis, cuja leitura foi dispensada por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

A Sra. Vereadora Sara Costa não participou na votação por não ter estado presente na referida reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do CPA, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:-----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia vinte cinco de novembro de dois mil e dezasseis, o qual acusa os seguintes saldos: três milhões, trezentos e cinco mil, trezentos e noventa e oito euros e vinte sete cêntimos (3.305.398,27€) em Operações Orçamentais, e cento e oitenta e sete mil, seiscentos e vinte e dois euros e sessenta e um cêntimos (187.622,61€) em Operações Não Orçamentais.-----

Por proposta da Sra. Presidente, foi alterada a ordem de apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia, passando ponto número seis para o final da reunião. ----

PROPOSTAS:-----



PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE: -----

N.º 01 – PROTOCOLO DE PARCERIA COM A ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO CENTRO DE PORTUGAL E OS MUNICÍPIOS DE VILA NOVA DA BARQUINHA E FERREIRA DO ZÊZERE-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à celebração de protocolo de parceria com a Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal e os Municípios de Vila Nova da Barquinha e Ferreira do Zêzere, com o objetivo de uniformização da sinalética do Caminho Português de Santiago na área dos municípios outorgantes. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do protocolo nos seus precisos termos.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

INFORMAÇÕES DA SENHORA PRESIDENTE:-----

N.º 02 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 22 DE OUTUBRO DE 2013 E 1 DE FEVEREIRO DE 2016-----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados no corrente mês de novembro, pela Sra. Presidente, ao abrigo das alíneas d) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; e pelo Sr. Vereador Hugo Cristóvão, ao abrigo das alíneas y) e w) do n.º 1 do referido artigo 33.º.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

GABINETE DA ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL: -----

N.º 03 – MERCADO MUNICIPAL DE TOMAR – abertura em dias feriados do ano de 2017 -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Bruno Graça referente à informação n.º 438/2016 do Gabinete da Economia Local Sustentável, submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de abertura e encerramento do Mercado Municipal em dias feriados do ano de 2017, precedida de inquérito de opinião junto dos vendedores. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta relativa à abertura e encerramento do Mercado Municipal em dias feriados do ano de 2017: fechado nos dias 1 de maio e 25 de dezembro; aberto nos dias 1 de março, 14 e 25 de abril, 10 e 15 de junho, 15 de agosto, 5 de outubro, 1 de novembro, e 1 e 8 de dezembro. ----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 04 – FEIRA DE SANTA IRIA 2016 – RELATÓRIO E CONTAS-----

Foi presente, para conhecimento, a informação n.º 447/2016 do Gabinete da Economia Local



2

107

Sustentável, apresentando ao Executivo Municipal o relatório da edição de 2016 da Feira de Santa Iria e o mapa das despesas e receitas do referido evento.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 05 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade -----

Foi presente o processo n.º 546/2010 relativo a reconstrução e ampliação de habitação unifamiliar e muro em Cem Soldos, União das Freguesias de Madalena e Beselga, em nome de Maria de Lurdes Pires da Silva, com as informações n.ºs 10561/2016 e 10582/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a declaração de caducidade do alvará de obras n.º 47/2014, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou declarar a caducidade do ato licenciamento, ao abrigo da alínea a) do n.º 3 e n.º 5 do artigo 71.º do RJUE, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 10 dias úteis.-----

Mais deliberou que, na ausência de pronúncia do interessado no prazo concedido para a audiência prévia, se considera definitivamente declarada a caducidade do ato de licenciamento para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.-----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e os votos contra dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Pedro Alexandre Ramos Marques.-----

Os Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge apresentaram a seguinte declaração de voto: "Os Vereadores do PSD votam contra a proposta apresentada pelo Sr. Vice-Presidente Hugo Cristóvão uma vez que, tratando-se de uma intenção de caducidade e para dar audiência prévia ao interessado, a mesma terá que voltar necessariamente à reunião de Câmara para que seja proferido o ato administrativo definitivo e executório de caducidade em definitivo.-----

Não concordamos com o número dois da proposta, onde se fundamenta que, para efeitos de desburocratização administrativa não seja necessário submeter a este órgão, na ausência de pronúncia do interessado, uma vez que, segundo o nosso entendimento, não cumpre as regras previstas na audiência prévia.-----

Neste sentido, votando vencidos, os Vereadores do PSD votam contra."-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----

N.º 07 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DOS SISTEMAS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO



**DE ÁGUA (ZA.01.04) E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS (TO.04.01)
DA PEDREIRA – liberação de garantia -----**

Foi presente a informação n.º 3284/2016 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a deliberação tomada a 21 de março de 2016, pelo Conselho de Administração dos SMAS, solicitando a liberação de 15% da Caução Garantia COSEC Apólice n.º 100013931/200, prestada pela Lusitânia – Sociedade de Construções, Limitada, no âmbito do contrato da empreitada de construção dos sistemas públicos de distribuição de água (ZA.01.04) e drenagem de águas residuais domésticas (TO.04.01) da Pedreira, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou liberar 15% da Caução Garantia COSEC Apólice n.º 100013931/200, prestada pela Lusitânia – Sociedade de Construções, Limitada, no âmbito do contrato da empreitada de construção dos sistemas públicos de distribuição de água (ZA.01.04) e drenagem de águas residuais domésticas (TO.04.01) da Pedreira, conforme proposto.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----

N.º 08 – CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL-----

Foram presentes, para conhecimento, as informações n.ºs 1297/2016 e 1314/2016 da Unidade de Intervenção Social e Educação, prestando informação sobre os assuntos tratados na reunião do Conselho Local de Ação Social que se realizou no dia 10 de novembro.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**N.º 09 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS
NO ANO LETIVO 2016/2017 – SUBSÍDIO DE TRANSPORTE A ALUNA DO PIEF -----**

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente às informações n.ºs 1312/2016 e 1315/2016 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a comparticipação no transporte em comboio de aluna do concelho de Tomar a frequentar o Programa Integrado de Educação e Formação na Escola Secundária Artur Gonçalves, em Torres Novas, no ano letivo 2016/2017, no montante total estimado de 313,60€ (trezentos e treze euros e sessenta cêntimos), pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir no ano letivo 2016/2017 o apoio ao transporte em comboio, nos termos propostos nas informações supracitadas, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----



N.º 10 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A H. SARAH TRADING, LIMITADA -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 1313/2016 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a celebração de protocolo de colaboração com a empresa H. SARAH Trading, limitada, com vista à recolha seletiva de roupa, calçado e brinquedos em equipamentos apropriados na área territorial do concelho de Tomar, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do protocolo, nos termos propostos na informação, que homologa. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 11 - UTILIZAÇÃO DOS CAMPOS DE TÊNIS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL – Ténis Clube de Tomar -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 1319/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização de quatro campos de ténis do Complexo Desportivo Municipal, nos dias 10, 11 e 24 de setembro e 8 e 9 de outubro de 2016, para realização de torneios da modalidade, inseridos no plano anual de atividades do Ténis Clube de Tomar, conforme solicitado.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Ténis Clube de Tomar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

EXPEDIENTE: -----

N.º 12 - SUBSTITUIÇÃO DE ELEMENTO NOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA A. LOGOS -----

Foi presente a deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos SMAS, em reunião realizada a 14 de novembro de 2016, propondo a nomeação do Vogal Bruno Vitor Domingos Graça para o cargo de Presidente da Assembleia Geral da A. Logos – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaios Técnicos.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta designando o referido elemento do Conselho de Administração dos SMAS para a Assembleia Geral da A.Logos.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

Os trabalhos foram interrompidos pelas dezasseis horas e treze minutos, para análise prévia do assunto constante do ponto seis. -----



Foram reiniciados pelas dezasseis horas e quarenta e três minutos, retomando a ordem do dia. -----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----

N.º 06 – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA DE INSTALAÇÃO DE POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS NO LOTE 2 DO NÚCLEO 1 DO PLANO DE PORMENOR DAS AVESSADAS -----

Este assunto foi retirado face às questões colocadas pelos Srs. Vereadores, para obtenção de parecer jurídico e reagendamento na reunião seguinte.-----

Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---

